



Escola Nacional de Administração Pública

Frederico José Cardoso Gontijo

## **A cadeia produtiva do cacau brasileiro sob a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias - ENAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas em Agropecuária.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Klink

BRASÍLIA

2020



Sumário:

1- Introdução.....	4
2- Metodologia.....	5
3- Aspectos Econômicos da Cadeia Produtiva do Cacau.....	7
4- Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural.....	9
5- Alternativas Econômicas, Ambientais e Sociais para a Cadeia Produtiva do Cacau no Brasil.....	12
6- Conclusão.....	18
7- Referências Bibliográficas.....	20
8- Anexo I – Gráficos.....	22

## Resumo

De maior produtor e exportador mundial de amêndoas e derivados de cacau do planeta ao desconfortável e persistente déficit interno para consumo, a globalmente lucrativa e regionalmente importante cadeia produtiva do cacau demonstra potencialidade para estimular o desenvolvimento rural sustentável de regiões geográficas específicas, podendo gerar rentabilidade para as populações associada à preservação ambiental através de tecnologias já reconhecidas.

Este artigo propõem uma revisão de informações e dados agrícolas, econômicos e sociais sobre a cadeia produtiva do cacau, suas potencialidades e desafios, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, nos dois principais biomas envolvidos na produção brasileira: Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

As informações levantadas apontam para soluções específicas em cada bioma e para cada público produtor. A diversidade dos modelos produtivos, das populações envolvidas e a biodiversidade das regiões produtoras indicam que uma abordagem sustentável e baseada territorialmente seja capaz de restabelecer o necessário superávit comercial.

Palavras-Chave: Cadeia Produtiva, Cacau, Desenvolvimento Rural, Sustentabilidade, Florestas Tropicais

## Summary

Once the world's largest producer and exporter of almonds and cocoa products, today Brazil holds the uncomfortable and persistent position of a supply deficit for consumption, the globally profitable and regionally important cocoa production chain has the potential to stimulate the sustainable rural development of its tropical forest biomes by generating income for local populations associated with environmental preservation through technologies already available.

This article reviews agricultural, economic and social information and data on the cocoa production chain, its potential and challenges, from the perspective of sustainable development, for the two main forest biomes where Brazilian production is located: the Atlantic and the Amazon forest.

The information gathered in this article sheds light to specific solutions for each biome and producers category. The diversity of the productive models, the populations involved and the biodiversity of the producing regions indicate that a sustainable and territorially-based approach is able to restoring the necessary trade surplus.

Keywords: Supply Chain, Cocoa, Rural Development, Sustainability, Tropical Forests

## Introdução

A cadeia produtiva do cacau é uma das mais antigas, rentáveis e complexas a se desenvolver no Brasil. Da busca pelas “Drogas do Sertão” no século XVII até o complexo sistema agroindustrial envolvido na produção do cacau e industrialização de seus derivados (principalmente o chocolate) nos dias atuais, a cadeia cacauceira alcançou uma posição de rara ocorrência: somos grandes produtores agrícolas, com disponibilidade de pacote tecnológico e áreas; temos um parque industrial desenvolvido para o beneficiamento; e um mercado consumidor interno consolidado e com potencial de crescimento.

Apesar desta longa tradição os índices atuais da produção nacional ainda estão pouco além de 70% dos picos históricos dos anos 70 e 80, deslocando o país da posição de maior produtor e exportador mundial para a sétima posição na produção mundial e à déficits constantes do produto para consumo interno, levando a pontuais (mas não desprezíveis) e constantes importações de amêndoa e derivados. Esta queda de produção ocorre historicamente na região no sul da Bahia, devido principalmente à infestação do fungo popularmente conhecido como vassoura de bruxa (*Moniliophthora perniciosa*) mas também relacionada à fatores ambientais desfavoráveis (longas estiagens nos anos subsequentes à infestação, dificultando a recuperação mais imediata) e de mercado, com uma retração nos preços internacionais do produto. Atualmente há pacote tecnológico disponível para a convivência produtiva e rentável com o fungo e houve uma recuperação parcial da produção, mas o déficit histórico regional permanece.

O cacau (*Theobroma cacao*) é fruto nativo do bioma Amazônico. Da exploração semi-domesticada nas várzeas do Amazonas e afluentes aos plantios em sistemas agroflorestais em áreas antropizadas das regiões altas, o cacau amazônico é hoje responsável por cerca de 45% da produção brasileira (com picos acima de 53%). (CEPLAC, 2018).



Escola Nacional de Administração Pública

Os pacotes tecnológicos dos sistemas produtivos disponíveis para os dois biomas são comprovados e exequíveis e demonstrada em literatura. Os dados de mercado comprovam a rentabilidade e lucratividade da atividade cacauera (VALLE, 2018), portanto restam dúvidas sobre quais as causas da persistência deste déficit na produção para moagem do consumo interno e quanto as formas de reestabelecer os índices de produção passados, alcançando o superávit comercial da cadeia produtiva interna. Acreditamos que a abordagem estritamente econômica não tem se mostrado suficiente para fomentar a discussão (tendo em vista a longa duração da crise produtiva, ainda sem solução) e que uma abordagem baseada em conceitos e práticas do desenvolvimento rural sustentável permita vislumbrar soluções ainda não adotadas.

Assim o objetivo principal deste artigo será fazer uma discussão sobre alternativas produtivas para a cadeia do cacau baseadas no desenvolvimento rural sustentável, visando reestabelecer o superávit produtivo da cadeia cacauera brasileira nas duas maiores áreas produtivas: a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica. Os objetivos específicos serão analisar de forma panorâmica a viabilidade ambiental, social e econômica da cadeia produtiva do cacau no sul baiano e nas áreas da floresta amazônica de forma a possivelmente recomendar novas soluções no nível territorial local.

## **Metodologia**

A metodologia desta pesquisa foi baseada na revisão sistemática da bibliografia secundária sobre a cadeia produtiva do cacau e derivados (principalmente o chocolate), abordando aspectos agrícolas e econômicos tais como os diferentes sistemas produtivos adotados na lavoura cacauera nos diferentes biomas, custos e valores de produção e rentabilidade da lavoura, o volume e a viabilidade dos mercados nacional e internacional de cacau e derivados para geração de renda e balanços favoráveis. Além da revisão



Escola Nacional de Administração Pública

bibliográfica, elencou-se os dados estatísticos disponíveis sobre produção, processamento, mercados produtores e consumidores e tendências de mercado.

Com base na revisão das informações econômicas e agrícolas, será possível o desenvolvimento de uma segunda fase no desenvolvimento da pesquisa, onde serão descritos, através de revisão bibliográfica e legal, os conceitos e a aplicabilidade do desenvolvimento rural sustentável, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e demais regimentos correlacionados tais como Estatuto dos Povos da Terra, populações tradicionais, agricultura familiar e o novo Código florestal brasileiro.

A seguir uma discussão sob a luz do Desenvolvimento Rural Sustentável, mais especificamente sob as abordagens ambiental e social, dos diferentes processos produtivos, das cadeias de industrialização e comercialização de cacau e derivados, características sociais e culturais das populações locais, aspectos geográficos e econômicos das principais regiões produtoras.

Por fim serão discutidas as possibilidades de correlação das informações obtidas sob a abordagem do desenvolvimento rural – considerando as particularidades locais - com outros campos do conhecimento tais como macro e micro economia; a gestão, desenvolvimento e coordenação de políticas públicas; peculiaridades da cadeia produtiva .

### **Aspectos Econômicos da Cadeia Produtiva do Cacau**

O mercado mundial de cacau e derivados movimenta valores próximos de US\$49 bilhões anualmente (2016), dos quais cerca de US\$ 26 bilhões advindos da comercialização de chocolate e US\$23 bilhões em cacau, amêndoas e derivados (como líquido, manteiga de cacau e chocolate em pó). As vendas de cacau inteiro ou partido contabilizam cerca de US\$11 bilhões desta fatia (International Cocoa Organization) <https://www.icco.org>).



Escola Nacional de Administração Pública

A produção mundial de amêndoas chegou a 4,6 milhões de toneladas em 2018, sendo que cerca de 73% da produção está concentrada no continente africano, com destaques para Costa do Marfim e Gana, com produções anuais em torno de 2 milhões e 1 milhão de toneladas, respectivamente. Nestes países a cadeia produtiva do cacau é significativa e representa cerca de 14% do PIB da Costa do Marfim e 24% do PIB Ganense. A maior parte das exportações de cacau e derivados do continente africano abastece a indústria moageira de chocolate nos países da Comunidade Européia, principal polo global moageiro e na produção de chocolate, responsável pela aquisição de 40% do mercado mundial de amêndoas. Entretanto tem-se percebido uma tendência ao crescimento da indústria de processamento nos países produtores, sendo que o continente europeu já foi responsável por mais de 48% do processamento global.

Dos US\$23 bilhões anuais do mercado de chocolate, EUA e EU representam 55% do mercado consumidor do alimento. Nações com populações de alto poder aquisitivo ou em vias de desenvolvimento (como Japão, China, Rússia, Índia e Brasil) ocupam posições de destaque no consumo global, alguns com tendência ao aumento de consumo per capita, devido aos ganhos nos volumes de renda disponíveis ao consumo.

As cotações internacionais do cacau têm demonstrado aparente estabilidade ao longo dos últimos 12 anos, gravitando em torno de US\$2.500/ton , sendo comuns tanto o pagamento de bônus por amêndoas finas (caso do cacau produzido no Brasil e em outros produtores regionais a exemplo de Equador e Colômbia) como a remuneração ao produtor abaixo das cotações internacionais, fomentada por políticas comerciais intervencionistas de países produtores africanos (principalmente Costa do Marfim e Gana) visando ocupar a base do fornecimento global da cadeia.

No território brasileiro, onde o cacauzeiro é nativo nas florestas de várzeas da bacia do rio Amazonas e se desenvolve com boa produtividade em toda região do cinturão global de produção (entre as latitudes 22°N e 22°S, em zonas de temperaturas médias anuais acima de 21°C e pluviosidade média



Escola Nacional de Administração Pública

acima de 1.500mm anuais), o lucrativo mercado de cacau e derivados apresenta contradições históricas não sanadas pela simples análise agrícola ou econômica.

Da posição de maior produtor e exportador mundial de amêndoas nos anos 70 e 80, com produções de até 420 mil de toneladas/ano e acúmulo de sucessivos superávits comerciais (chegando a ser a principal cultura superavitária na balança de pagamentos internacionais do país nos anos 60) o país enfrentou uma queda significativa na produção ao início dos anos 90, devido principalmente à contaminação das lavouras do sul baiano pela vassoura de bruxa, mas também por questões climáticas (estiagem prolongada) e econômicas (como a queda das cotações internacionais históricas no período) levando o país a produções abaixo de 190.000 ton/ano.

Em 2005 a lavoura cacaeira recuperou patamares acima de 200.000 ton/ano e a partir de 2008 houve uma recomposição gradual dos valores da amêndoa, ultrapassando os US\$2.000/ton e finalmente se estabilizando nos valores praticados atualmente. Nesse período foram feitos investimentos em genética, farmacologia, sistemas produtivos, bioquímica e manejo no sentido de minimizar os efeitos econômicos e produtivos da vassoura de bruxa no sul-baiano. Cabe destaque aos investimentos feitos pela Comissão Executiva da Lavoura Cacaeira (CEPLAC) na recuperação dos índices produtivos, tanto em Mata Atlântica quanto no bioma amazônico, onde o Estado do Pará despontou de coadjuvante à vanguarda produtiva atualmente.

Entretanto persiste o déficit na produção interna. Os volumes produzidos não são suficientes para abastecer o consumo, apesar de exportações pontuais de amêndoas, principalmente finas e *gourmets*, com alto valor. Com uma capacidade instalada de processamento de 270.000 ton/ano, a indústria local tem buscado amêndoas em mercados africanos e americanos, tendo em vista que as safras têm permanecido no intervalo entre 220.000 e 250.000 ton/ano.

Tal situação de déficits constantes contraria o modelo produtivo que equaciona o investimento e a inovação dos sistemas produtivos agrícolas à geração constante de excedentes de produção, visando o comércio externo e o





Escola Nacional de Administração Pública  
consequente financiamento dos investimentos na cadeia local (VIEIRA FILHO, 2019).

## **Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural**

O conceito de sustentabilidade vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas, desde a criação do Grupo de Roma em 1968 e a Publicação do relatório “Os Limites do Crescimento Humano” (MEADOWS et al. 1972) onde se projetavam desdobramentos sombrios para as economias e sociedade no século XXI com drástica redução populacional devido à poluição, perda de terras aráveis e redução de recursos energéticos, passando pelas Cimeiras da Terra em Estocolmo até chegar ao Relatório Brundtland, onde foi conceitualizado e definido pela primeira vez. A Sustentabilidade tem sido descrita como “é uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo”.

Ultimamente, este conceito tornou-se um princípio segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação de necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. O princípio da sustentabilidade aplica-se desde pequenos empreendimentos, passando por sociedades, estados, atingindo alcance global, determinando todas as cadeias produtivas analisáveis. Para que um empreendimento humano seja considerado sustentável, é preciso que ele seja: ecologicamente correto; economicamente viável; socialmente justo e, mais recentemente, tem-se ampliado as discussões em torno de ser culturalmente diverso.

Correlatos à Sustentabilidade se desenvolvem os conceitos de Crescimento Sustentável e Desenvolvimento Rural Sustentável, que tratam de se aprofundar e se especializar na discussão da sustentabilidade aplicada aos ambientes empresarial/comercial e rural (veja por exemplo ALBUQUERQUE et



Escola Nacional de Administração Pública

al. 2019), considerando um ciclo de crescimento econômico constante e duradouro, porque assentado em bases consideradas estáveis e seguras.

De acordo com o próprio Relatório Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável é: “ O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO 1988).

Dessa forma, os três componentes do Desenvolvimento Sustentável interagem entre si, coordenando as análises dos sistemas socio-econômicos também à partir da abordagem ambiental. Da interrelação dentre o crescimento econômico com bases éticas, respeito aos fenômenos e processos ambientais e cuidado com as populações envolvidas, se fomenta o desenvolvimento sustentável.

A Sustentabilidade Econômica implica não apenas no crescimento e rentabilidade dos negócios, mas também sua capacidade de crescer de maneira ética e justa, satisfazendo as necessidades humanas garantindo boas condições sociais às populações e também o uso racional dos recursos naturais.

A Sustentabilidade Ambiental trata do equilíbrio dos fenômenos naturais e dos limites ambientais do planeta. Deve tratar da preservação das fontes naturais de insumos e energia, minimizando a deterioração dos biomas. Tem estreita relação com as agendas de Desenvolvimento Rural e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

A Sustentabilidade Social deve garantir que as populações e indivíduos envolvidos no processo produtivo sejam sujeitos de garantias e direitos justos,



Escola Nacional de Administração Pública  
com inclusão econômica na cadeia produtiva e de forma democrática e  
transparente.

Atualmente, os conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento (Rural) Sustentável têm sido operacionalizados através de Planos de Ação e Objetivos, Análises Socioeconômicas e Ambientais, Planos de Estratégia Institucional e pela produção de Indicadores que ajudem a quantificar e qualificar as informações disponíveis, tornando perceptíveis tendências ou fenômenos particulares. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a legislação (como Estatuto dos Povos da Floresta, Novo Código Florestal) e a literatura científica são referenciais para o desenvolvimento de abordagens que possam conciliar o constante crescimento econômico das cadeias produtivas com a preservação e uso otimizado dos ambientes naturais e artificiais para a produção de alimentos e energia, ao mesmo tempo em que garantam às populações envolvidas nos processos acesso à renda, segurança alimentar e melhoramento nos padrões de desenvolvimento humano.

Dessa forma, num esboço estrutural visando a operacionalização dos argumentos, partiremos do universo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente 9 dos 17 objetivos, diretamente relacionados ao tema da cadeia do cacau sob enfoque da mudança global do clima, da produção sustentável de alimentos e das novas possibilidades tecnológicas e de inovação desenvolvidas pela cadeia do cacau. Partindo do pressuposto desenvolvido por Carolina Trivelli y Julio A. Berdegué em “Transformación rural Pensando el futuro de América Latina y el Caribe” (TRIVELLI, C., y BERDEGUÉ, 2019) de que não há possibilidade de alcançar o Desenvolvimento Sustentável sem o Desenvolvimento Rural – tendo em vista que o ambiente rural e seus desdobramentos na cadeia produtiva estão estreitamente relacionados aos fatores climáticos, agrícolas e socioeconômicos de qualquer território ou população, gerando externalidades positivas e negativas aos mercados, instituições e governos, em escala local, territorial, regional e global. Merece aprofundamento, devido à relevância dentro do contexto nos temas do rural e da agricultura, o enfoque ligado à produção



Escola Nacional de Administração Pública  
sustentável de alimentos e seus desdobramentos e aplicações nos polos  
produtivos e nos mercados.

## **Alternativas Econômicas, Ambientais e Sociais para a Cadeia Produtiva do Cacau no Brasil**

Os oito pressupostos (ou disjuntivas) de Desenvolvimento Rural elencados pelo relatório da FAO (encabeçado por Trivelli e Berdegué) para o desenvolvimento econômico e social da América Latina relacionam de forma sintética as necessidades e desdobramentos naturais dos ODS1 (Erradicação da Pobreza), ODS2 (Fome zero e Agricultura Sustentável), ODS6 (Água Potável e Saneamento), ODS7 (Energia Limpa e Acessível), ODS8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS10 (Redução das Desigualdades), ODS12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). Assim, o desafio de reconhecer as peculiaridades e potencialidades de nosso território (seja parte da propriedade privada, de um bioma ou da nação) e estabelecer novas narrativas socioeconômicas e pressupostos de atuação se mostram oportunas. As alterações climáticas e ambientais em curso, tal como as tendências alimentares em transição nas populações destacam o potencial de mudanças estruturais nas cadeias produtivas. A necessidade de diversificação das produções e cadeias só será possível baseada em novos patamares tecnológicos (já desenvolvidos ou ainda em potencial) e em investimentos em inovação. No combate às desigualdades estruturais das sociedades deverá haver espaço tanto para práticas de assistência social (mesmo que provisória) quanto para práticas de verdadeira inclusão produtiva (desejável). Finalmente, uma discussão ampla e democrática sobre o papel das instituições públicas e privadas, assim como dos povos e sociedades envolvidas nas cadeias produtivas, demonstram ser um caminho mais passível de novas soluções que os já tradicionalmente trilhados.

Assim, sob a perspectiva do desenvolvimento econômico pode-se observar uma boa sustentabilidade da cadeia produtiva cacaujeira, baseada no alto valor de mercado da commodity (comparável ao do café arábica), nos bons índices de produtividade (devido a boa adaptação da espécie aos diferentes biomas e soluções tecnológicas de manejo disponíveis) e rentabilidade (superiores à pecuária extensiva, principal concorrente por terras) da cultura, numa cadeia de processamento e comercialização sólida e historicamente estabelecida e um mercado consumidor em expansão local e global.

Entretanto, estas vantagens meramente agrícolas ou econômicas não parecem ser suficientes para fomentar a produção, de forma que em cada uma das maiores regiões produtivas se percebem barreiras econômicas específicas. A região sul baiana (bioma Mata Atlântica) apresenta uma cadeia produtiva mais ampla e diversificada, fomentada por anos de investimentos privados e públicos baseados em anos de exportações de excedentes produtivos, com elos na produção de amêndoas e derivados de cacau, processamento, fabricação de chocolate e outros subprodutos industrializados, comercialização e inovação, enquanto o bioma amazônico conta com altos índices de produtividade por hectare (devido ao cacau ser nativo desse bioma, estando bem adaptado às condições climáticas e de manejo) e pacotes tecnológicos variados para produção, todos baseados em Sistemas Agroflorestais com diversificação da produção e consequente aumento de lucratividade ou manejo extrativista das áreas de várzea e preservação permanente.

O que se observa como maior obstáculo econômico para o reestabelecimento dos índices de produtividade do sul baiano é a baixa capacidade de investimento privado atual. Apesar dos investimentos constantes dos produtores locais, tanto na produção de amêndoas finas e *gourmet* como no processamento e produção de chocolates finos, com denominação geográfica ou especificidades gustativas, o crédito para financiamento da produção encontra-se obstruído para grande parte dos produtores da região devido aos financiamentos oriundos ainda do combate à *vassoura* nos anos 90. Ainda assim a região é responsável por quase 90% do processamento de cacau no país, sendo destino das amêndoas produzidas na



Escola Nacional de Administração Pública

Amazônia e tem um parque industrial que tem papel importante na geração de empregos e na formação da renda regional.

Por outro lado, apesar do potencial produtivo das lavouras de cacau na região, a floresta amazônica enfrenta problemas com a baixa capacidade de processamento das safras na região (onde muitos produtores acabam vendendo o cacau em natura, pela indisponibilidade de estrutura de quebra, fermentação e secagem das amêndoas, procedimentos simples, mas que alteram toda vida útil e comercial do produto), além da falta de capacidade de armazenamento e escoamento das mesmas devido às condições socioeconômicas mais precárias das populações e comunidades das regiões produtivas (CUNHA LEITE, 2018). Além dos aspectos sociais a serem desenvolvidos, observa-se que o maior obstáculo econômico aos investimentos na lavoura cacauzeira na região seja a questão da posse da terra. Apesar das dimensões continentais da região, e dos recentes avanços promovidos por iniciativas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), políticas de assentamentos produtivos e áreas de preservação, a Amazônia ainda apresenta baixa disponibilidade de áreas legais para produção, seja para produção de cacau, seja para outras formas de manejo sustentável das florestas (McKINSEY 2012). Entretanto a análise dos dados disponíveis sobre a ocupação do solo na região aponta as áreas de assentamentos de produtores rurais como as mais seguras (do ponto de vista da titulação da posse) e abundantes (ante a indefinição sobre a posse e a legalidade dessa posse nas demais áreas da floresta brasileira); além disso, a mão de obra familiar é tida como a mais adequada ao manejo sustentável das lavouras cacauzeiras.

Do ponto de vista dos ODS, a discussão em torno da questão da posse do fator produtivo terra no bioma amazônico aponta caminhos para a persecução dos objetivos ODS1, ODS2, ODS8 e ODS10. O Desenvolvimento dos demais elos da cadeia produtiva (processamento, armazenagem, transporte) do cacau na região poderiam, por si, estimular o alcance do ODS9 na região, fomentando indiretamente o ODS7, considerando que o cacau nativo



Escola Nacional de Administração Pública  
das várzeas do Amazonas atua minimizando o fenômeno das “terras caídas”  
(erosão de extensas áreas às margens do rio devido às cheias anuais).

Já no bioma atlântico os problemas econômicos da cadeia produtiva apresentam um viés financeiro. A baixa procura por créditos para investimento, seja em expansão da produção ou em melhoria da qualidade genética ou gustativa das amêndoas, seja na verticalização da cadeia, são um obstáculo ao desenvolvimento econômico da região. Apesar de atingir a quase totalidade dos produtores sul-baianos - em 2018, apenas 4 dos cerca de 1.400 produtores da região conseguiu obter algum crédito agrícola, segundo a Coordenação Técnico-Científica da CEPLAC. A crise de endividamento local não totaliza nem 0,5% das operações negativas governamentais, sendo de baixo impacto orçamentário institucional, porém com grande potencial de impacto no reestabelecimento dos índices produtivos e nos investimentos na cadeia como um todo. Tais pontos podem se adequar ao ODS9, fomentando o desenvolvimento industrial, a infraestrutura e a inovação regional através de maior produção e maior diversidade de produtos desenvolvidos e comercializados, tais como amêndoas finas, chocolates comuns e de nicho, insumos e chocolates finalizados.

No tocante à sustentabilidade ambiental das cadeias produtivas cacaeiras, resta claro que elas são alternativas viáveis de geração de renda com preservação dos ecossistemas, disponibilizando diversos pacotes tecnológicos à custos de implantação variados para a produção baseados em práticas conservacionistas tais como os Sistemas Agro-Florestais SAF (que além de fomentar a diversidade de espécies e extratos biológicos fomenta a preservação de solos e o resgate de carbono em comparação às monoculturas), a “conservação produtiva” da técnica de manejo conhecido como “cacau Cabruca” desenvolvida nas áreas restantes de mata atlântica da Bahia e Espírito Santo, além da possibilidade de exploração econômica de produtos energéticos associados, tais como produção de óleo de dendê ou babaçu para síntese de biocombustível.





Escola Nacional de Administração Pública

O sistema de produção Cabruca, desenvolvido historicamente pelos produtores das regiões do sul da Bahia à sombra das áreas remanescentes de mata atlântica demonstra capacidade comparativa de preservação das áreas superior à ocupação por outras culturas tais como pecuária e lavoura graneleira (ref...) contribuindo para a manutenção de espécies nativas e dos serviços ecossistêmicos cada vez mais raras num dos biomas mais degradados do país.

No bioma amazônico, a produção de cacau demonstra total aptidão produtiva e ambiental. Contribui desde a conservação das várzea do Amazonas e afluentes, contendo assoreamento fluvial e alimentando a comunidade ribeirinha, passando pela recuperação de pastagens e áreas de exploração econômica degradadas através de Sistemas Agroflorestais que consorciavam produção de excedente comercial, alimentos (principalmente mandioca e palmeira de açaí) e insumos energéticos (dendê e cana), chegando à (ainda) quase inexplorada exploração comercial de áreas de reserva, onde o cacau poderia ser difundido de forma semi-extrativista em consórcio com outras espécies locais tais como seringa, castanha do pará, óleos essenciais e frutos originários da região como cupuaçu e guaraná, de grande aceitação e consumo regionais (vide por exemplo KOHLMANN & FERREIRA 2020).

A viabilidade econômica e ambiental desses sistemas agroflorestais frente a pastagens convencionais de criação de gado extensiva (principal concorrente por áreas produtivas) deveria, por si só, estimular a racionalização no uso dos recursos naturais da região. Um bioma com tamanha diversidade natural demonstra maior potencial de geração de riquezas se explorado em sua plenitude. A utilização racional dos fatores de luz e água na produção de alimentos, energia e insumos comerciais de alto valor agregado pode ser o diferencial entre desenvolvimento rural ou apenas agrícola da região.

Portanto, se o déficit produtivo nacional de cacau para o consumo interno (e a conseqüente escassez de excedente produtivo exportável) não pôde ser decomposto em seus aspectos econômicos (restando comprovada a rentabilidade da lavoura e o potencial de consumo dos mercados) ou ambientais (demonstrados os diversos sistemas produtivos disponíveis, seu





Escola Nacional de Administração Pública

bom relacionamento com os indicadores ambientais e seu potencial de preservação produtiva) resta uma avaliação mais detalhada do componente sociocultural da cadeia de sustentabilidade.

Não há uma longa tradição brasileira na discussão das políticas públicas (sejam de investimento, difusão e ATER, inovação ou verticalização das cadeias) sob o enfoque das populações envolvidas nos processos produtivos, suas particularidades culturais, geográficas, socioeconômicas ou sob um viés histórico ou territorial. De políticas públicas focadas na exploração em larga escala de produtos de monocultura, passando pela renovação dos métodos produtivos e aumento de safras baseado na “revolução verde”, chegamos a um ponto onde há certa diversidade de políticas (por exemplo PRONAF, PAA, ZARC, dentre outros) porém atuando em baixo nível de coordenação horizontal entre elas e gerando resultados duvidosos quando aplicados verticalmente a seus públicos destinatários. Talvez estes resultados possam estar relacionados ao grau de generalidade dessas políticas, que de forma geral alcançam grandes fatias da sociedade, porém ser considerar as particularidades territoriais e das populações.

Dessa forma, a retomada dos níveis nacionais de produção pré-crise do cacau poderia ser exequível a partir da avaliação de soluções localizadas territorialmente e de acordo com as necessidades e anseios das populações envolvidas no sistema produtivo em questão.

No caso da tradicional região sul-baiana, resta claro a necessidade de superação da crise de crédito e endividamento da cadeia. A região tem potencial de aumento de produção pela adoção progressiva das soluções desenvolvidas contra a infestação da vassoura-de-bruxa, concentra grande parte do parque de pesquisa, extensão e difusão (através da CEPLAC e UFSBA) e tem a maior concentração de plantas de processamento e fabricação de chocolate no país, produzindo uma cadeia diversificada de bens de consumo baseados no cacau. Entretanto este potencial se encontra obstruído pela baixa capacidade de investimento dos setores envolvidos.



Escola Nacional de Administração Pública

Já a produção de cacau no bioma amazônico enfrenta suas próprias particularidades. A região que conta com mais de 60% do território nacional tem apenas cerca de 13% da população do país e participação de apenas 8% no PIB. Soma-se a isto os baixos índices de investimento em inovação e mesmo em produção na região, fruto da desconfiança e afastamento cultural das populações locais dos programas e ações públicas, além da quase completa ausência de pessoal e ferramentas para difusão tecnológica e extensão rural.

Outro fator contingencial se dá na falta de infraestrutura produtiva e logística na região, com agricultores que muitas vezes não possuem cochos, secadores ou armazéns para o processamento da amêndoa, o que leva a venda da produção com perdas consideráveis de bonificação de mercado ou mesmo à exposição agressiva dos produtores aos atravessadores regionais. Estas contingências estruturais poderiam, em grande parte, ser sanadas com extensão e difusão tecnológica associadas visto que as estruturas necessárias são de baixo custo, podendo inclusive ser produzidas a partir de materiais disponíveis nas propriedades.

Por fim, parece necessário fomentar a possibilidade de planos de produção e financiamento de safras (talvez através do Plano ABC, PRONAF ou uma coordenação de ambos) nas áreas de assentamentos rural. A grande disponibilidade de áreas legalizadas (cerca de 70% dos assentamentos no país estão na região amazônica) e a possibilidade de geração de renda, incremento da segurança alimentar das populações e redução das desigualdades sociais.

## **Conclusão**

A questão do desenvolvimento econômico das sociedades, e especificamente o desenvolvimento do setor agrícola, tem sido historicamente analisada apenas à luz da rentabilidade ou lucratividade das cadeias produtivas e da busca incessante por superávits produtivos como fonte de investimento



Escola Nacional de Administração Pública para a inovação produtiva. Entretanto no momento em que se redige este artigo (outubro de 2020), todo arcabouço produtivo nacional é questionado interna e internacionalmente pelos reflexos indesejáveis desse pensamento. O assustador crescimento do desmatamento na Amazônia brasileira com seus impactos profundos sobre a floresta, suas espécies nativas e o equilíbrio ambiental global incitam a procura por novas soluções de desenvolvimento, mais sustentáveis sob a ótica das pessoas e dos biomas.

Discutir e propor alternativas para a ocupação responsável dos solos, que conciliem padrões produtivos e conservativos para a geração de renda e bem-estar social para as populações deve ser o objetivo de qualquer política pública para a agricultura e o desenvolvimento rural das regiões agrícolas.

O antigo paradigma produtivo encontra-se em seu ocaso, e as ferramentas para o desenvolvimento do novo já estão disponíveis, baseadas em soluções particulares, voltadas a populações específicas, com características territoriais e culturais próprias, observadas suas necessidades históricas e aspirações individuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, MARCELO, COUTO, MARCELO H.G. & OLIVA, FABIO L. 2019. **Identificação e análise dos riscos corporativos associados ao ambiente de valor do negócio de cacau da Cargill**. Cad. EBAPE.BR, v. 17, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395172203>

AM (COORD.). BUAINAIN. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Unicamp, 2007.

BUAINAIN, A.M. et al. **Sete teses sobre o rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola. Ano XII. N. 2. Abril-Junho, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). 1988. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

DECIO ZYLBERSZTAJN, MARCOS FAVA NEVES e SILVIA M. DE QUEIROZ CALEMAN. Organizadores. **GESTÃO DE SISTEMAS DE AGRONEGÓCIOS**. São Paulo: Editora Atlas e Universidade de São Paulo. 2015.

KOHLMANN, GABRIEL & FERREIRA, JAQUELINE. 2020. **Como Destruir a Bioeconomia na Amazônia**. Interesse Nacional, edição especial 01, Bioeconomia, agosto 2020. p.40-46.

LUCILIA, Maria Parron et al., **Serviços ambientais em sistemas agrícolas e florestais do Bioma Mata Atlântica** [recurso eletrônico] / editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2015.

PEREIRA-BRESSER, Luís Carlos. **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

McKINSEY & COMPANY 2012. **Promovendo o manejo florestal sustentável no Brasil como alavanca para reduzir desmatamento e gerar**



Escola Nacional de Administração Pública

**desenvolvimento econômico.** Documento para Discussão. Ministério do Meio Ambiente, abril de 2012. Brasília, DF. 65p.

MEADOWS, DONELLA H., MEADOWS, DENNIS L., RANDERS, J. and BEHRENS III, WILLIAM W. 1972. **The Limits to Growth. A report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind.** A Potomac Associates Book. Universe Books, New York. 211p.

SCHUMPETER, Joseph. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**, 3ª edição. 1988.

TRIVELLI, C., y BERDEGUÉ, J.A. **Transformación rural. Pensando el futuro de América Latina y el Caribe.** 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 1. Santiago de Chile. FAO. 76p. 2019

VALLE, Raúl René. **Ciência, Tecnologia e Manejo do Cacaueiro**, 2ª edição. Brasília. CEPLAC/CEPEC/SEFIS, 2018.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade.** Brasília: Ipea, 2017.

VIEIRA FILHO, J. E. R. (Org.). **Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira.** Brasília: Ipea, 2019.

Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) disponível em <http://www.aipc.com.br/> em 16 de out. 2020.

Publicações CEPLAC disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac> em 22 jul. 2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6588#resultado> em 16 de out. 2020.

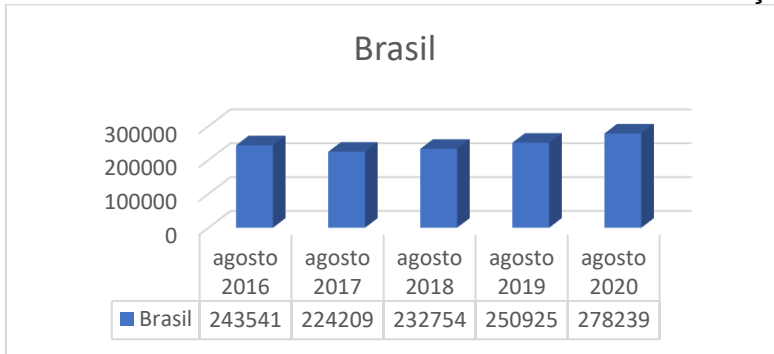
International Cocoa Organization (ICCO) disponível <https://www.icco.org> em 16 de out. 2020

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) disponível em [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf) em 22 jul. 2020

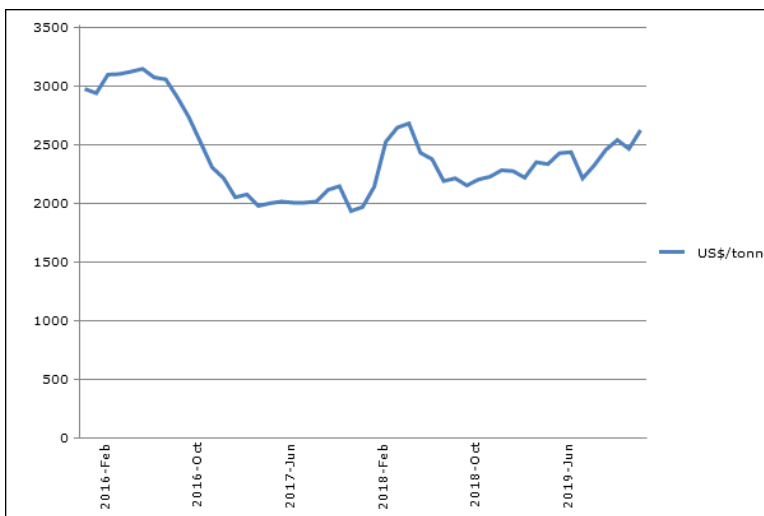


Escola Nacional de Administração Pública

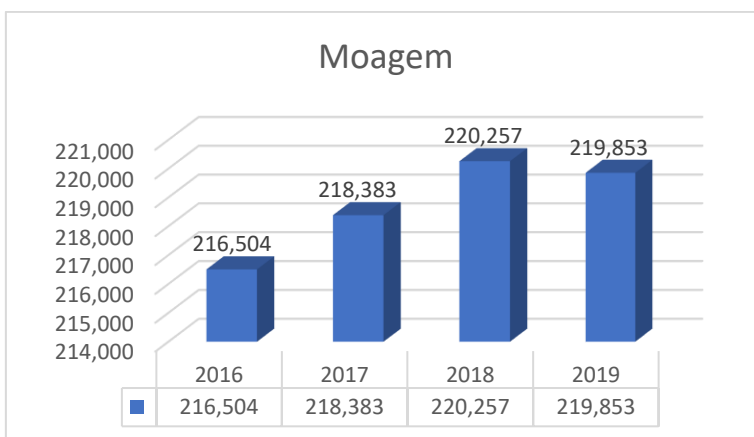
Anexo I – Gráficos



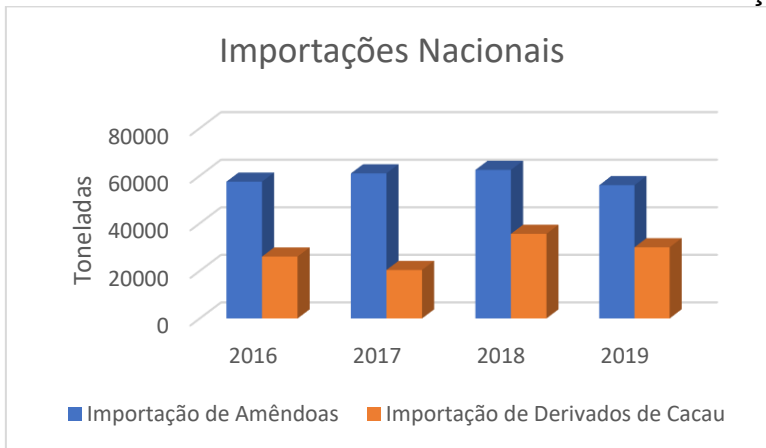
Produção anual de cacau no Brasil entre 2016 e 2020, fonte SIDRA/IBGE.



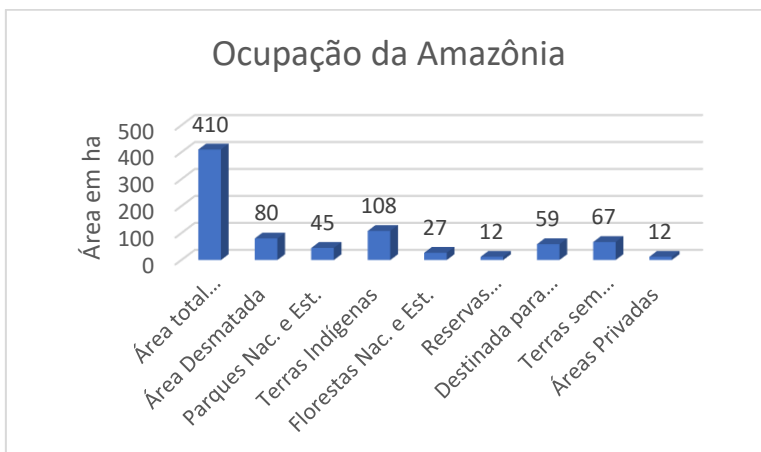
Preços Internacionais do cacau em US\$/ton, fonte International Cocoa Organization – ICCO, disponível em <https://www.icco.org/>.



Moagem em ton. por ano; fonte: Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) disponível em <http://www.aipc.com.br/>



Importações para Moagem, fonte: Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) disponível em <http://www.aipc.com.br/>



Ocupação do solo na Amazônia Legal.